O EMPREGO NA POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS PARA UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

ANTONÁDIA BORGES [1]
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília (UnB)

Preâmbulo

No governo de Anthony Garotinho (1999-2002) foi levada a cabo no Rio de Janeiro uma modalidade de assistência social peculiar, os programas de R$ 1,00 (um real).[2] Um desses programas foi capitaneado pela primeira-dama e também secretária de ação social Rosinha Matheus, que implantou naquele período um "restaurante popular" na estação ferroviária Central do Brasil, no centro da capital fluminense. O nome do restaurante rendia homenagem a Herbert de Souza, sociólogo célebre por suas lutas políticas – em especial pelo projeto Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida – as quais, na década seguinte, seriam reconhecidas sob o signo da "segurança alimentar". No referido restaurante, o governo ofertaria à população uma refeição pela qual o beneficiário pagaria um real. Não tardou

1. Este trabalho é fruto de uma pesquisa que contou com o apoio de diversas pessoas. Esboços anteriores do presente texto foram discutidos no Colóquio Quantificação e Temporalidade em agosto de 2006 no Museu Nacional e também no fórum "Estado, Política y movimientos sociales", durante a VI Reunión de Antropologia del Mercosur, que aconteceu em novembro de 2005, em Montevidéu. Agradeço aos colegas presentes em ambas as ocasiões pelo fecundo diálogo, em especial a Federico Neiburg, Lygia Sigaud e Mabel Grinberg. A presente versão, para o Anuário Antropológico, contou ainda com as precisas observações do parecerista. Sou imensamente grata a todos.

2. É preciso lembrar que nesse mesmo período erguia-se no país uma crença no poder de cada cédula e de seu portador (ambos emblemas vivos do que se conceituava como "estabilidade econômica" vis-à-vis os períodos anteriores). Os programas de R$ 1,00 podem ser apontados como um dentre os diversos fenômenos que contribuíram para a construção de certa mística em torno da unidade da moeda nacional naquela ocasião (BARROS et al., 2000).

para que, na mesma Central do Brasil, fosse inaugurado também um Hotel Popular que, seguindo o exemplo do restaurante, ofereceria hospedagem por um real. Em uníssono a opinião de senso comum revelava os usos eleitoreiros e o caráter expressamente populista de tais empreendimentos do governo estadual.

No fim de 2002, Garotinho afastou-se de seu cargo para concorrer à Presidência da República. No Brasil, como cada eleição pode resultar na troca de governantes e na mudança das formas de cumprimento das atribuições do Estado em relação à população – visto que estas últimas, como queremos discutir neste artigo, referem-se a decisões e a compromissos de governos – sua saída implicou algumas alterações nos planos e projetos assistenciais em curso. A esse respeito, é preciso frisar que, ao menos desde a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, foi estabelecido que "a assistência social é tanto um direito do cidadão quanto um dever do Estado".[3] Contudo, como fazer cumprir um "dever do Estado", quando há troca de governo?

No caso do estado do Rio de Janeiro, com a subseqüente eleição de Rosinha Matheus (2003-2006), é possível dizer que, *grosso modo*, o governo anterior continuou e, conseqüentemente, uma política de Estado. No que tange ao nosso objeto de reflexão, no governo da esposa de Garotinho, os programas ditos sociais, como o restaurante e o hotel, foram mantidos, sofrendo pequenos reveses quando da momentânea troca de governantes no fim de 2002.

Nesse ínterim, a vice-governadora Benedita da Silva esteve à frente do governo (como dito, durante o período em que Anthony Garotinho afastou-se de seu posto para concorrer à Presidência da República), direcionando o alvo da referida secretaria para programas sociais destinados não mais a "dar o peixe" (em alusão ao seu antecessor), mas a "ensinar a pescar".[4] Essa mudança de orientação fez-se acompanhar de exonerações de funcionários vinculados ao governador Garotinho e da contratação de outros empregados próximos a Benedita. Em suma, em um curto período, de poucos meses, muitos empregos políticos trocaram de mãos.

---

3. Cito a Lei Orgânica seguindo o exemplo de diversos funcionários do governo que invariavelmente referem-se à "LOAS" em suas falas.

4. Sobre a postura de Benedita da Silva e seu processo de envolvimento com a política eleitoral no Rio de Janeiro, ver Scotto (1994). Para uma análise dos engajamentos de candidatas mulheres em campanhas políticas, ver Barreira (2001), dentre outros de seus trabalhos a respeito do tema.

É importante notar que, após a vitória de Rosinha Matheus, Benedita da Silva assumiu o cargo de ministra da Assistência Social (no governo do presidente Lula). Por essa via, seus assessores passaram a trabalhar em postos federais, ou seja, não ficaram sem *emprego na política*. E mais, localmente, pelo prestígio advindo dos postos conquistados em Brasília, o fugaz governo de Benedita não foi completamente apagado: alguns de seus seguidores continuaram se fazendo presentes no cotidiano da secretaria de ação social do estado do Rio de Janeiro.[5]

As implicações teóricas do *emprego na política*

Não raro, as pesquisas sociológicas acerca de fenômenos classificados como políticos (porque relacionados às eleições, à administração pública, etc.) tendem a corroborar o mesmo senso comum que indicava de forma derrogatória o teor clientelista de projetos como o Restaurante ou o Hotel Popular. Tais inferências fazem-se, na maioria das vezes, à luz de um modelo interpretativo centrado na relação de troca entre duas partes interessadas (os conceitos são diversos, das relações diádicas à escolha racional, etc.). Além disso, tal tipo de interpretação não raro se salvaguarda na necessidade feita virtude: trata-se normalmente de casos de estudos fugazes, amparados no instantâneo de pesquisas feitas em curtos períodos de tempo (acompanhando resultados eleitorais, por exemplo). Na contramão dessa tendência, recentemente, a antropologia tem apresentado bons frutos (nascidos no solo fértil de precursores que tentaram caminhos de análises distintos daqueles da ciência política), reflexões amadurecidas etnograficamente, interpretações sociológicas sobre tais fenômenos, tendo a seu favor a longa duração do trabalho de campo.[6]

---

5. A funcionária do órgão que me falara em tais termos, no ano de 2004, era uma remanescente da administração de Benedita da Silva que, por sorte ou acaso, permanecia trabalhando no governo da ex-primeira-dama eleita governadora (2003-2006).

6. Refiro-me, aqui, especialmente aos textos do Núcleo de Antropologia da Política. O trabalho desse grupo de pesquisadores revelou-se uma espécie de divisor de águas nos estudos sobre política. Parte considerável do mérito dessas investigações de cunho etnográfico pode ser comprovada na vasta produção bibliográfica publicada na coleção Antropologia da Política.

Foi na esteira dessa preocupação ou mal-estar que dei início a uma pesquisa no Hotel Popular da Central do Brasil em 2002. Ao longo de praticamente três anos pude acompanhar os contratempos de um governo (como disse, estendido por dois mandatos) na vida cotidiana dos empregados do Hotel – trabalhadores contratados a partir de elos com políticos com cargos no governo. O que seria em princípio um grande balcão de negócios, em que se trocaria uma noite de sono por um voto, mostrou-se um imenso labirinto no qual, a cada dia, em cada corredor, surgia um novo enigma a ser desvendado.

Neste artigo, procuro, por meio de três pessoas em especial, esboçar o percurso dessa investigação e as questões dali emanadas. Os problemas aqui desenvolvidos, acerca da *existência governamental do Estado*, chocam-se frontalmente com a arquitetura teórica eurocêntrica orientada por um sistema dotado de certas prerrogativas – como o monopólio da violência ou do conhecimento e do procedimento burocráticos – que invariavelmente encontra-se aviltado "na realidade".[7] Graças à acolhida que tive no Hotel, pude reconhecer nesses empregados na política sujeitos que dispensam sua energia para cumprir um papel que lhes é negado pela literatura atenta ao clientelismo como o avesso da atribuição de um governo eleito democraticamente. Os empregados na política fizeram-me reconhecer que são eles os que mantêm os governos que, por sua vez, mantêm o Estado.

Em suma, as contribuições teóricas da análise antropológica do emprego na política residiriam exatamente nesse contraponto etnográfico às definições – de matizes diferentes, mas invariavelmente típico-ideais – de Estado. É sobre o Estado como conceito vivo que a pesquisa antropológica tem se debruçado e revelado implicações insondáveis para os exegetas de definições atemporais. A relação de troca de empregos na política é ela mesma um mundo em que voto e emprego não são meros termos que se traduzem. Ambos compõem um universo próprio que é o da política eleitoral, da composição dos governos, enfim, o mundo do Estado vivo (e, não, transcendente, dotado de uma racionalidade associal).

7. A perspectiva adotada no presente artigo se opõe àquela do Estado que controla os sujeitos como *deus ex-machina* (SCOTT, 1999). Não quero dizer que a assimetria de poder não exista; que não haja uma profunda convicção de que os objetos têm do lado de cá do guichê (isto é, do lado dos funcionários do governo) um sentido e do outro (do lado da população beneficiária) outro. Acredito até mesmo que o fetiche dessa relação é vital para a própria relação, pois, como formula Asad, "apenas a indiferença permite que os cidadãos sejam tratados como iguais" (2004, p. 283).

Meu interesse primordial neste texto é ressaltar a importância das *redes* de relações em oposição a uma interpretação diádico-clientelista calcada nas noções de mediação, de *brokerage* ou no par patrão-cliente. Devemos recordar que a interpretação centrada na relação entre patrão-cliente sustentou os primórdios de uma antropologia dos fenômenos políticos nos Estados nacionais que se seguiu ao *boom* dos estudos antropológicos da política nas ditas sociedades primitivas (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).[8]

O presente texto trata, portanto, de uma escolha deliberada, de uma construção que toma Aloísio, Silviano e Catarina, entre outros, não como exemplares nem como representativos, mas como sujeitos etnográficos, isto é, sujeitos cujas relações passadas fornecem elementos para a construção antropológica de interpretações (em) perspectivas.

O Hotel Popular

O Hotel Popular do Rio de Janeiro, inaugurado em março de 2002, nos últimos meses do governo de Anthony Garotinho, localiza-se em um dos edifícios que compõem o conjunto arquitetônico da Central do Brasil.

Durante o dia, nessas instalações, funciona o Hotel Escola Popular, administrado pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec).[9] Nesse Hotel-escola, funcionários vinculados à Secretaria

---

8. A alteridade nesses estudos clássicos demonstrava-se, todavia, pela afirmação de uma distância entre as práticas e representações nativas em relação ao parâmetro eurocêntrico. Pina-Cabral (1989) empreendeu uma contundente crítica a tais pesquisas, sugerindo que, ao evidenciarem o clientelismo no Mediterrâneo, esses autores garantiam a posição politicamente esclarecida de seus próprios países (notadamente Inglaterra, França e Estados Unidos), tanto no que concerne aos seus Estados quanto às suas teorias políticas (mais avançados e, conseqüentemente, livres de relações patrão-cliente).

9. "A Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) foi fundada em 1997, em substituição à Fundação de Apoio à Escola Pública do Rio de Janeiro (Faep), a partir da Lei nº 2.735, de 10 de junho. A nova fundação passou a gerenciar a rede de ensino tecnológico do estado, que hoje abrange 65 unidades entre Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Ceteps), Escola Técnica Estadual (Etes) e institutos superiores de educação.

Os dois primeiros anos foram de estruturação e de 1999 em diante a entidade se consolidou com a criação de cursos de capacitação profissional e parcerias com empresas para estágios. Hoje, as unidades em todo o estado ministram mais de 140 cursos em diversas áreas – entre elas informática, idiomas, atividades culturais e esportivas – para aproximadamente 200 mil alunos por ano. A Faetec administra, além do ensino técnico, a educação profissional nos três níveis: básico, técnico e tecnológico. Retirado de http://www.faetec.rj.gov.br/teste/shared/quem_somos.asp, em 11 de outubro de 2004.

de Educação trabalham para atender os aprendizes. Trata-se de sujeitos concursados ou contratados (modalidades em que se enquadram basicamente os professores) ou ainda cooperativados (como os faxineiros, vigias, etc.). Estes últimos são servidores de uma cooperativa, Organização Produção Solidária (Prosol), que fornece mão-de-obra dita terceirizada ao governo.

À noite, por volta das 18h até as 8h do dia seguinte, um outro corpo de servidores, vinculados dessa feita à secretaria de Ação Social (e não à Secretaria de Educação) encarrega-se de receber os hóspedes que lá pernoitarão.[10] A escola transforma-se em Hotel, o Hotel Popular. Camelôs, diaristas, operários da construção civil, ao cair da noite, começam a se reunir em frente à porta do Hotel Popular. De um lado, as mulheres formam uma fila, de outro, os homens.

À sua espera está o pessoal da segurança: normalmente uma mulher e dois homens. Nesse momento, uma das três assistentes sociais que trabalham no Hotel, munida de uma prancheta, anota o nome daqueles que ali pretendem se hospedar. A assistente social pergunta ao possível hóspede se ele já pernoitou no Hotel. Caso se trate de um novato ela lhe pedirá os documentos de identificação e de residência (necessários ao preenchimento do cadastro).[11] Há exceções (raras) a esse procedimento padrão: migrantes, como pude ver, sem endereço no estado do Rio, são atendidos no Hotel apenas uma vez (por comiseração dos funcionários); depois dessa acolhida emergencial, a eles são sugeridos os albergues.

Munido de todos os documentos necessários, o futuro hóspede será recebido por outra assistente social encarregada de entrevistá-lo. A entrevista ocorre dentro do Hotel, em uma sala em separado, e consiste preponderantemente de perguntas que poderiam ser respondidas com os dados dos documentos

---

10. A cada turno corresponde uma seção da administração estadual, ambas vinculadas a dois problemas sociais encadeados: a educação para o trabalho das classes populares e alojamento para aqueles que já são trabalhadores (HERZFELD, 2004; WILLIS, 1991; ENGELS, s/d).

11. Caso nunca tenha estado no Hotel o futuro hóspede precisa apresentar uma série de documentos. O comprovante de residência é fundamental para demonstrar que vive longe do centro da cidade, mas que ainda assim é um morador do estado do Rio de Janeiro. Peirano (2001), em discussões continuadas sobre os sentidos e transformações dos documentos no Brasil, explorou recentemente (2006) o caráter duplamente indéxico dos papéis de identificação, afirmando que eles apontam tanto para seus portadores quanto para as instâncias específicas do Estado. Entre documentos, pessoas e Estado haveria uma constante triangulação.

apresentados. Embora enriqueça seu questionário com questões inesperadas, que emergem naquele momento inaudito, a assistente social reconhece que seu papel é verificar se não há contradição entre aquilo que o hóspede responde e os papéis apresentados e, também, o que deve ser observado por elas, se o mesmo ou sua família recebem outros benefícios do governo.[12]

Se a conversa transcorre bem, o futuro hóspede é encaminhado ao guichê na entrada do Hotel. Lá uma outra funcionária preenchia um formulário eletrônico e o fotografava com uma câmera digital – isso ocorreu até o dia em que esses equipamentos deixaram de funcionar e, ironicamente, foi "implementado" o uso do caderno escolar e das fichas de papel. Depois desse procedimento, ele não precisará mais passar pelo processo de triagem. Em seu retorno, ficará do lado de fora, conversando com outros hóspedes contumazes, que já se conhecem bem.

Todos esperam do lado de fora, acomodados na escadaria, até o momento em que as portas se abrem – por volta das 20 horas. Nessa hora, a mulher e os homens encarregados da recepção fazem um trabalho de vigilância, vasculhando suas bagagens em busca de objetos que não se pode portar (armas, alguns alimentos ou bebidas alcoólicas).

Muitos aproveitam o momento antes de entrar para fazer um lanche nos bares da Central ou para comer alguma coisa que trouxeram consigo. Ao longo do período da pesquisa, de meados de 2003 a meados de 2005, os funcionários se compadeceram do tempo de espera e passaram a permitir a entrada dos hóspedes por volta das 19 horas. Segundo Aloísio, gerente do Hotel, na portaria os hóspedes ficavam sujeitos às intempéries, correndo risco de serem assaltados ou de se envolverem em brigas.

Enquanto os hóspedes aguardam e passam por esses trâmites da entrada, outros funcionários já começam a se dirigir ao andar de dormitórios para verificar se está tudo em ordem. Os quartos são baias individuais, separadas por paredes modulares, sem cobertura. Esse labirinto instalado em um piso superior de concreto (com o aspecto de ruína fabril, próprio de estações ferroviárias desativadas), com um alto pé direito, é dividido em

12. Pude acompanhar entrevistas em que os sujeitos lamentavam não ser contemplados em outros programas assistenciais – reclamando do governo ou de sua própria sorte. Outros, por sua vez, refutavam a questão dizendo que estavam ali "pagando" e não "recebendo"; logo, a pergunta sobre "receber outro benefício" lhes era inconveniente.

uma seção masculina e outra feminina. Os funcionários recebem os homens e as funcionárias as mulheres. Seguindo a proporcionalidade dos leitos, a maioria encarregada dessa função é formada por homens. Seu principal papel é ensinar o caminho das pedras para os novatos e vigiar todos os hóspedes durante a noite, a fim de manter a ordem.

Cada hóspede, ao entrar nos quartos, pode simplesmente dormir ou se encaminhar ao vestiário a fim de tomar um banho usando seu "*kit* higiene" (toalha, sabonete, escova e pasta de dente), outrora recebido diariamente e, mais recentemente, recebido somente quando da primeira hospedagem. No dia seguinte, há um horário limite para desocupar o quarto (7 horas). Raros são os hóspedes que não acordam antes disso. Por volta das cinco horas da manhã, o movimento já é intenso. Alguns esperam pelo café com pão francês servido a partir das seis horas. Outros partem sem desjejum.

No escritório central, alguns funcionários descansam enquanto outros fazem a ronda ou ficam batendo papo ao pé da escadaria que dá entrada para o corredor de quartos. Por vezes, seus chefes, como Aloísio, também passam a noite no Hotel. Esses funcionários que colocam o Hotel em movimento, como disse, são contratados por meio da Secretaria de Ação Social, tanto as assistentes sociais (que aplicam o questionário), quanto o pessoal encarregado da segurança e triagem (isto é, da revista), além da identificação dos hóspedes (preenchimento do cadastro), sua acomodação e, ainda, pela limpeza das instalações, todos são cooperativados – isto é, associados como trabalhadores autônomos, como prestadores de serviço a uma empresa contratada pelo governo do estado.

Apenas gradualmente fui capaz de atentar para a importância desses *cooperativados* na definição nativa do conceito *empregado na política*. Segundo os funcionários, as cooperativas de trabalho são associações de caráter jurídico semelhante ao de organizações não-governamentais – não por acaso sendo chamadas dessa forma pelos próprios trabalhadores. As ONGs inscrevem-se em licitações para oferecer serviços e funcionários ao governo. A essas cooperativas associam-se prestadores de serviço, isto é, trabalhadores sem os mesmos direitos trabalhistas daqueles que possuem cargos comissionados, mas que, ainda assim, conseguem seus postos por meio de conhecimento político.

Esse foi o caso de Clementina que se associou à Prosol por intermédio de um vereador para o qual havia trabalhado como cabo eleitoral e pelo qual nutria muita simpatia. Essa senhora começou na recepção do Hotel, lugar considerado de forma ambígua pelos funcionários: ali se tem contato com os hóspedes, é possível conversar, ver o movimento e ser visto – o que é bom. Ao mesmo tempo, naquele lugar se exerce uma função bastante belicosa, revistando os pertences alheios e muitas vezes sendo insultado por isso. Depois de alguns meses nessa função liminar, Clementina "subiu" para o Hotel. Ela literalmente ascendeu a um posto intermediário de chefia, coordenando o trabalho da recepção (fazendo o recebimento do pagamento e a distribuição das chaves – com o poder de obsequiar os bons quartos para hóspedes considerados especiais, tornando-se assim uma pessoa querida, elogiada e, por vezes, agraciada com pequenos presentes).

Trabalhadores na política

Do total de funcionários do Hotel, apenas os dois administradores foram nomeados com cargos comissionados: Rafaela e Aloísio. Embora eles não sejam os chefes diretos dos cooperativados, seu trabalho consiste em comandar o trabalho do grupo de prestadores de serviço (do qual faz parte Clementina). Ambos também trabalharam na política, ou seja, atuaram como cabos eleitorais durante as campanhas políticas nas quais se elegeu o governo em que obtiveram seus empregos.[13] Eles não alcançaram seus postos de funcionários públicos sem antes trabalhar também como cooperativados (o que, como será visto, se trata de uma espécie de périplo quase obrigatório): acredita-se que o caminho que percorreram permite-lhes conhecer bem a realidade daqueles que são de uma forma muito particular seus subordinados.

13. A atenção para o alastrado termo – emprego na política ou empregado na política – deriva da inspiração teórica proporcionada por Heredia e Palmeira (1995) em suas reflexões acerca de uma outra concepção nativa (o tempo da política, isto é, o tempo das eleições) que lhe é irmanada.

O EMPREGO NA POLÍTICA

Todos os cooperativados que trabalham no Hotel dizem que conseguiram seu emprego por causa da política. Alguns de forma direta, como Clementina, e outros indiretamente, como a irmã de Rafaela que atendeu na recepção do Hotel, à noite, entregando as chaves aos hóspedes. Ao dizerem isso – que conseguiram seu emprego por causa da política – os empregados indicavam que não tinham qualquer instrução formal para a função que exerciam, em suma, que não possuíam um saber específico relacionado à hotelaria propriamente. Sem exceção, quando perguntados sobre a relação daquele trabalho com as profissões anteriores nas quais diziam terem se engajado, a resposta foi unânime: o único esteio comum que os unia e servia de base para a atual tarefa era terem sido empregados em funções que lidavam com o público.

O público é, nesse caso, um termo capcioso que nos deixa antever as duas partes de uma articulação colocada em movimento nos corredores do Hotel Popular: (i) a necessidade de traquejo e domínio das relações face a face e (ii) uma real incorporação do que seriam direitos coletivos, benefícios que deveriam teoricamente alcançar a todos. Essa última definição de público emergia de um repúdio à ordem privada que regia boa parte das empresas onde eles haviam trabalhado anteriormente. A frustração de todos com as parcas oportunidades do chamado mercado, aliada ao seu envolvimento com a política partidário-eleitoral os fazia propagadores de um discurso que, embora heterogêneo, era marcado pela defesa da atuação pública na mitigação dos problemas sociais.

É de conhecimento comum entre os funcionários do Hotel a regra segundo a qual, para continuar empregado, é preciso que a cooperativa continue sendo contratada pelo governo e, para isso, que não entre em falência, que não mude sua razão social, que continue a vencer as licitações. No entanto, para que cada um siga prestando serviço como autônomo para a cooperativa é preciso ainda que nenhuma outra pessoa seja contratada em seu lugar e todos sabem que quem distribui os postos de trabalho são os políticos, ou seja, para se manter trabalhando é fundamental que se continue engajado na política, que se faça ser notado. A literatura sobre fenômenos semelhantes costuma interpretar o trabalho político continuado dos funcionários contratados dessa maneira como sendo uma posição de mediador, ou seja, como sendo uma espécie de *broker* que, diante da demanda popular e da possibilidade de oferta pública, se interpõe como tradutor ou

facilitador da transação entre os pólos separados do governo (ou Estado) e da sociedade.[14] O caso aqui estudado desafia essa perspectiva a qual aponta o mediador como uma ponte que une dois mundos desarticulados: (i) o das demandas da sociedade e (ii) o das políticas públicas do Estado. No Hotel Popular, o número de hóspedes é pequeno e constante, o que nos força a procurar outras explicações para o trabalho político dos funcionários, que não têm o poder de alojar mais e mais hóspedes em troca de votos, como se costuma dizer. Somos obrigados a entender que sua atuação militante não se dá no espaço exclusivo do Hotel; em suma, sua ação não se restringe a criar elos entre universos supostamente estanques, mas a *criar universos*.

Aloísio: "Eu estou aqui hoje graças à política"

Pensemos, por exemplo, nos últimos anos da vida de Aloísio, administrador do Hotel, intimamente vinculados ao governo local do Rio de Janeiro. Seu emprego foi obtido pela política e só se manteve onde está por um engajamento constante com a militância em favor de um vereador (reeleito em 2004), apoiado pelo secretário de Ação Social. A obtenção de um posto de trabalho se dá pelo conhecimento, isto é, pela aproximação e pela construção de uma cumplicidade com pessoas poderosas – as quais, por sua vez, passam a dar atenção a essa relação no exato momento em que se afeiçoam por aquele apoiador em particular.

14. Em sua investigação na Índia, Bailey (2001) identificou em certos tipos de homens a figura do *broker* que saberia "como conseguir um porte de arma, uma injeção que não fosse placebo, furar uma fila de processos em um tribunal" (tradução de "... *know where to get a licence for a shotgun, how to get a real injection in the hospital instead of distilled water, how to get the file of a court case moved from the bottom of the list to the top...*" p. 41), sendo que para isso precisaria receber uma propina, necessária ao pagamento do funcionário subornado. Além disso, por meio desses sujeitos os próprios políticos chegariam aos eleitores, vinculados aos *brokers* por dívidas passadas ou por esperança de uma recompensa futura.
Esse tipo de modelo analítico sugere (i) que o mundo dos políticos existe a despeito daquele de seus eleitores, ou que o mundo do Estado e das políticas públicas existe a despeito dos beneficiários e (ii) que apenas em ocasiões precisas (em eleições, por exemplo) esses universos paralelos são postos em contato por meio do *broker* (ou *fixer*).

Como disse, engana-se quem pensa que o trabalho de pessoas como Aloísio restringe-se ao ambiente do Hotel, ao turno da noite. É durante o dia, fora dali, que suas principais atividades se desenrolam: o Palácio das Laranjeiras (sede do governo do estado) é um lugar de sua peregrinação constante, assim como os gabinetes de seus vereadores e deputados nas respectivas câmaras legislativas. Além disso, os funcionários comparecem a solenidades diversas, normalmente eventos como inaugurações de projetos que saem das mãos de seus vereadores ou deputados, da pasta de seu secretário ou a obras da governadora Rosinha.[15] Nos finais de semana, o trabalho deles se intensifica: numa sexta-feira à noite, cansada da árdua semana, Rafaela, a outra administradora do Hotel, preparava-se para, no dia seguinte, às 7 horas da manhã, comparecer a uma inauguração. Em eventos desse tipo se faz presente uma multidão de pessoas como ela – uns vestidos com bonés e camisetas, portando faixas e cartazes, espremidos em ônibus fretados; outros calçando sapatos caros, dirigindo seus carros modernos e falando ao celular; todos articulando o bom andar dos acontecimentos. A participação dos empregados na política em todas essas ocasiões constitui, antes que uma ponte para fora (para a sociedade), um amálgama indicativo da densidade e perenidade dos laços políticos dos que governam (sejam como políticos eleitos sejam como empregados eleitos por políticos).

Rafaela sabe que suas condições de trabalho são privilegiadas porque atípicas. O Hotel em que trabalha atende, quando lotado, 138 pessoas (há 110 vagas para homens e 28 para mulheres). Não se trata de um empreendimento alastrado à disposição de todos os moradores da cidade que preterissem a rua, como é o caso dos albergues, por exemplo – instituições consideradas por essa razão de baixo prestígio pelos administradores e assistentes sociais do Hotel Popular. Por paradoxal que possa parecer, nos últimos tempos, esse caráter do Hotel vinha preocupando seus funcionários, pois nem mesmo sua lotação máxima estava sendo atingida. Segundo Aloísio, "o pessoal do César Maia (prefeito que foi reeleito em 2004 pelo Partido da Frente Liberal) tem arranjado abrigo em pulgueiros, em puteiros do centro da cidade gratuitamente". Aloísio sugeria que "era assim que certas pessoas compravam os eleitores", acionando uma lingua-

15. Como notam Heredia e Palmeira (1995), os comícios (e creio que o argumento se aplique às inaugurações) são ocasião de celebração da própria aliança dos apoiadores de um candidato e não eventos capazes de determinar o curso de uma eleição.

gem comum que lança mão da categoria derrogatória clientelismo ou populismo para qualificar a política dos outros, dos inimigos. Sem ser ingênuo, ele revela dessa forma sua boa-fé, ou apenas se quisermos, sua fé no governo de Rosinha (e Garotinho) e no caráter benfeitor desses projetos que empregam pessoas como ele e que dão abrigo, comida ou remédios para quem não poderia pagar o "preço normal" de tais serviços.[16]

Além do pequeno número de beneficiários, todos os objetos centrais desses projetos apenas se efetivam como dádiva estatal na medida em que a população local desembolse R$ 1,00 para recebê-los. Esse é um outro aspecto que deve ser considerado para compreendermos a maneira singular (e, por vezes, antagônica à percepção dos beneficiários) com que os sujeitos que trabalham nesses ambientes concebem essa dádiva. Para eles, o consumo naquele espaço implica uma capitalização econômica inaudita: um dinheiro que não se tem, que se existisse representaria um capital econômico, mas que ofertado pelo governo, forja uma espécie de economia ou poupança fictícia: "Se alguém compra por 1 real um remédio que custaria 50 reais, ela está economizando 49. No Hotel acontece a mesma coisa: ninguém consegue um pernoite por menos de 20 reais, então, quem dorme aqui economiza 19 reais por dia. Isso sem contar o dinheiro com transporte que essa pessoa deixa de gastar".

Este funcionário já sofreu na pele o preço da "normalidade", isto é, o preço de não se envolver com a política (um *topos* comum entre os que se arvoram a julgar as relações com os governos e governantes como espúrias ou poluidoras). Ele era metroviário e pediu demissão pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV). Não precisou de muito tempo para gastar todas as suas economias e, com mais de 40 anos, "mandar seu currículo" para ofertas de trabalho e jamais ser chamado por empresa alguma. Foi nessa condição de penúria que ele se aproximou de um candidato a vereador de seu bairro, acreditando que seria uma chance de conseguir um emprego. Aloísio trabalhou nas eleições municipais como cabo eleitoral, revelando que então "não era Garotinho", mas sim "o seu vereador". Embora eleito, o seu vere-

16. Aloísio referia-se aos principais projetos "de R$ 1,00": o Hotel Popular, os restaurantes e as farmácias populares. Esses julgamentos, assim como outro sem-número de atividades em que se envolvem, fazem parte da tarefa a ser realizada por quem está empregado politicamente: ao exercer sua função, isto é, sua militância, esses sujeitos reforçam, a exemplo de Aloísio, sua crença nos propósitos de seu candidato.

ador "não conseguiu nada" para Aloísio. Ele insistiu: depois de seis meses da posse de Garotinho, conforme sua lembrança, as coisas se inverteram. Desta feita foi o vereador que veio lhe "pedir o *currículo*" para contratá-lo como prestador de serviços de uma cooperativa que fornecia pessoal para a secretaria de trabalho.[17]

Faço um aparte para lembrar que essas missivas chamadas *curricula* funcionam como amuletos na busca pelo emprego na política. No subsolo da Central do Brasil, onde funciona um posto de atendimento chamado Rio Simples (ou Cidadania sem Burocracia) há um guichê nomeado "central de cartas Fernanda Montenegro". Ao contrário do idílico elo rural-urbano apregoado no referido *blockbuster*, o que as pessoas buscam ali é "um currículo escrito no computador", no qual conste um endereço bom (de algum conhecido que more bem, isto é, que não viva em morro ou favela) e algumas referências de patrões que "não são de falar mal". Além disso, quando um empregado na política usa a fórmula "o vereador X pediu o meu cv" ele fabrica sua virtude, uma vez que deixa de ser alguém "a procura de um emprego", mas alguém procurado para trabalhar. Igualmente esses políticos profissionais demonstram o prestígio próprio por meio dos *curricula* de seus correligionários que serão por eles selecionados. Esse princípio de escolha por mérito, mesmo que não seja efetivo, acaba sendo eficaz – tanto na construção do engajamento profissional das pessoas assim contratadas quanto na construção de uma reputação pretensamente ilibada dos políticos e das cooperativas às quais os empregados se vincularão como prestadores de serviço.

Aloísio manteve-se neste posto até que Garotinho se afastou e a vice-governadora Benedita (do Partido dos Trabalhadores) assumiu. Demitido "por razões políticas", ele se envolveu na campanha de Rosinha Matheus. Embora ela também tenha sido eleita, novamente Aloísio esperou seis meses para ser contratado "por uma ONG" (uma cooperativa) para trabalhar no Hotel Popular. É importante frisar, como o faz Aloísio, que nem todos os que se engajam como cabos eleitorais em campanhas políticas logram alcançar

17. A experiência pessoal de sofrimento que torna o iniciado apto a ser um iniciador de neófitos constitui parte do que se nomeia como "conhecimento". Com conhecimento, essas pessoas "podem ajudar" aqueles que passam por dificuldades que elas próprias já enfrentaram e conseguiram, "graças à política", superar.

o seu emprego na política – uns porque seus candidatos não são eleitos, outros porque aguardam que primeiramente sejam contemplados seus parceiros com "mais conhecimento".

Quando Aloísio começou a trabalhar no Hotel, eles apenas iniciavam o trabalho de reconstrução daquilo que fora perdido. Rafaela, a única que não fora demitida durante o governo de Benedita, era a testemunha viva da situação caótica por que passaram no final de 2002: "os funcionários contratados por Benedita destruíram tudo, o serviço, as informações". O roubo dos computadores – um episódio em que "cpus foram esvaziados" (sic) – é narrado como legítimo motivo para que ainda hoje não existam dados acerca da freqüência dos hóspedes ou dos custos do Hotel, por exemplo.

Insistindo sempre para que seu vereador intercedesse por ele, em agosto de 2003, Aloísio foi nomeado funcionário (cc, isto é, deixou de ser vinculado à cooperativa para ocupar um cargo comissionado que, por isso, é freqüentemente entendido como cargo de confiança); episódio que ele relembra com grande emoção aludindo à "publicação no diário oficial" como uma espécie de unção que o fez transpor a fronteira que divide os empregos políticos em cargos comissionados e em cooperativados.

Conheci Aloísio no Rio de Janeiro, nos momentos iniciais de minha pesquisa no Hotel Popular. Era agosto de 2003 e ele começava a trabalhar como administrador do Hotel Popular, ocupando o posto de alguém que havia sido demitido por ter feito uma aposta política equivocada (isto é, por ter apoiado nas eleições um candidato que não era próximo ao secretário de Ação Social). No caso em questão, eu via se repetindo a mesma dinâmica que marcara os passos de outros empregados na política que eu conhecera anteriormente.

A mobilização em busca de um emprego no governo (um cargo comissionado ou um posto como prestador de serviços ligado a uma cooperativa de trabalho que concede, por meio de licitações, funcionários terceirizados ao governo) oferece uma espécie de energia suplementar aos primeiros meses de um mandato. No início de um governo, além dos cargos preenchidos, uma multidão de cabos eleitorais preteridos gravita em torno dos eleitos (sejam os políticos profissionais, sejam os empregados na política) e seu esforço sedimenta uma crença coletiva no valor daquele mandato e nas bandeiras que o representam. Quando são distribuídos os cargos comissionados e os empregos terceirizados (mais precários), nos primeiros

momentos de posse de um novo governo são contemplados aqueles que, como se diz, têm mais conhecimento – isto é, que mantêm vínculos estreitos com políticos poderosos.

Esse também é o tempo para demitir ou realocar os antigos empregados políticos. Trata-se de um movimento que obedece aquilo que Bourdieu (1997b) relembrou como sendo similar ao círculo de Pascal: todos os sujeitos estão dispostos em um raio que parte do centro; os mais próximos do perímetro (da periferia) precisam se deslocar muito mais rapidamente (para manter sua posição relativa) que aqueles que estão próximos ao centro. Caso "saiam do fluxo", ficam de fora – o que significa dizer, ficam sem emprego.

Desde a vitória dc Rosinha, Aloísio não esmorecera. Seguia dirigindo uma Kombi de transporte informal, sem perder o contato com o vereador que apoiara na obtenção de seu emprego perdido. Curiosamente, como ele frisa, quando foi "demitido por Benedita", seu trabalho triplicou. Era o momento da campanha, momento de empenho, de renovar seu engajamento trabalhando como cabo eleitoral. A Kombi de Aloísio serviu para transportar cabos eleitorais para o interior do estado do Rio de Janeiro, onde a equipe que ele coordenava antecipava-se aos comícios, preparando o terreno para uma recepção efusiva aos candidatos. Durante esses meses, algum dinheiro pingava em suas mãos, mas "nada como um salário".

De seu período como funcionário do governo estadual, ele guardava em seu bolso apenas uma lembrança: a carteira de servidor cooperativado. Hoje Aloísio faz questão de mostrar sua carteira atual e o velho documento de identificação funcional. Com os dois objetos dá provas de sua progressão, de sua estratégia correta. Aloísio atribui os bons frutos de seu envolvimento ativo com a política partidária eleitoral ao fracasso de uma medida econômica que tomou em sua vida. Funcionário do Metrô – ou seja, de um empreendimento público, criado no Rio de Janeiro também no início dos anos 1980 – há quase duas décadas, Aloísio pediu demissão aproveitando o PDV. Esses planos acenavam para os funcionários com recursos aparentemente altos, em troca de seu desligamento do Estado – de um Estado que definia como índice de sua minimização a diminuição no quadro de funcionários públicos. É preciso atentar para a importância desse fato no que concerne ao espectro do Estado Mínimo: Aloísio, por outras vias, voltou

a trabalhar na política e na burocracia governamental; no entanto, não mais como um membro vitalício da folha pública de pagamento. Ou seja, saiu por uma porta e entrou por outra – considerada espúria, porque marcada pelos laços pessoalistas de fidelidade política, próprios de uma prática em tese antagônica ao reajuste estrutural, a um projeto de Estado técnico, moderno, sem vestígios de populismo e clientelismo.

Como inúmeras pessoas que se atraíram pelo canto de sereia dos PDVs, Aloísio também perdeu todo o dinheiro recebido em aplicações frustradas.[18] Montou uma peixaria em seu bairro se associando a um amigo. O negócio não deu certo e a amizade se desfez. Em seguida mudou-se e abriu uma padaria em Ilha Grande, onde pretendia recomeçar a vida de maneira bucólica. Nenhum de seus empreendimentos prosperou e, quando viu, estava sem um centavo do que recebera.

Essa situação de carência material foi, na visão de Aloísio, determinante para seu envolvimento como cabo eleitoral na campanha eleitoral de 2000, trabalhando para um candidato a vereador de sua vizinhança. Inesperadamente eleito (por ser jovem, de um partido chamado "nanico"), esse vereador converteu-se no farol dos passos seguintes de Aloísio que, até ali, "pouco se envolvia com questões políticas".

---

18. A propósito, cito trecho de entrevista do Presidente da Flumitrens em 1999, Luiz Carlos Lino:

"L. E. – Como se encontra o quadro de pessoal da Flumitrens?

Lino – Estamos com 3.200 empregados para a execução das atividades que explicitei anteriormente e esse número é excessivo para o que estamos idealizando para a Flumitrens. Para equacionar esta situação, minimizando os problemas sociais que naturalmente ocorreriam com demissões, criamos um plano de demissão voluntária com recursos negociados com o Banco Mundial. A gente está estimando em torno de 1200 a 1400 empregados que queiram aderir a este plano. E desenvolvemos, também, um programa de treinamento para a realocação do pessoal, a fim de atender às necessidades do Estado. São diversas Secretarias do Estado que estão necessitando e me solicitando profissionais. Desta forma, acredito que em meados de maio tenhamos um quadro bem definido da Flumitrens". Extraído de www.cbtu.gov.br/noticia/1999/60/p1.htm.

Silviano

Silviano era um dos cabos eleitorais liderados por Aloísio em 2000 e, atualmente, segue sob seu comando, como monitor no Hotel Popular. Seu trabalho consiste em atender aos hóspedes, permanecendo em vigília durante a noite. Desde que prestou o serviço militar, trabalhou como trocador de ônibus. Gostava de começar de madrugada porque assim podia fazer uns bicos. Porém, depois de "14 anos de coletivo", foi obrigado a trocar de horário e, movido pela desonra e pela preocupação com o sustento de sua família, acabou pedindo demissão.

Em um contexto diferente do de Aloísio, não se pode dizer que a demissão de Silviano tenha tido algo de voluntário. Ele chegou mesmo a procurar o sindicato, mas lá foi aconselhado a fazer um acordo com o patrão. Morador do mesmo bairro que Aloísio, desempregado e sem perspectivas de encontrar um emprego de verdade – em suas palavras: "emprego é o que a gente tem de carteira assinada" – Silviano engajou-se na campanha eleitoral. Diante da oportunidade que se descortinava à sua frente (ou seja, de eventualmente conseguir um emprego) e estando totalmente desocupado, começou a trabalhar nas ruas, a realizar um trabalho sério. Foi nessa ocasião que Silviano começou a fazer política de verdade. Como ele disse: não se tratava mais de "ganhar uns trocados e uma camiseta para fazer boca de urna" para um candidato desconhecido.

No extremo externo do círculo de poder que se dilui entre as pessoas envolvidas com eleições para governarem, Silviano não conseguiu qualquer emprego como retribuição depois de eleito seu candidato (conhecido de Aloísio). Lembremos que mesmo Aloísio, monitor da equipe de Silviano, demorou a ser recompensado. Ainda assim ele não se afastou da política. Na campanha eleitoral de 2002, foi convidado para trabalhar para Anthony Garotinho.[19] A decisão dessa vez se tornava mais difícil que a de trabalhar no bairro para um vereador ou no interior do estado do Rio de Janeiro na campanha majoritária de Rosinha Matheus. Com o interesse pela política despertado, e ainda sem emprego, Silviano rumou em um ônibus de

19. Garotinho foi o terceiro colocado nas eleições, com mais de 15 milhões de votos (17,9% do total de votos válidos).

correligionários do Rio de Janeiro para o interior da Bahia. Esse seu último esforço, mais árduo que os anteriores (embora também interessante, afinal, conheceu 44 cidades), foi recompensado com o cargo de monitor no "centro de triagem de população de rua" (vulgo CAB).[20]

Esse seu emprego assemelhava-se ao primeiro posto obtido por Aloísio: tratava-se de uma função obtida em uma cooperativa que prestava serviço ao governo estadual. Sem carteira assinada, Silviano não acreditava que aquele fosse um emprego no sentido pleno do termo, embora a remuneração fosse alta. Suportando a jornada de 24 horas no albergue de passagem, Silviano acabou sendo promovido em uma trajetória de ascensão comum ao grupo de seus colegas, ou seja, foi transferido para o Hotel Popular na Central do Brasil. Com sua "promoção" vieram a almejada carteira assinada e a diminuição da carga horária, mas também, para sua decepção, um corte no salário e atrasos de pagamento.

A contratação de cooperativados para trabalhar na administração pública vem sendo em diversas ocasiões condenada pelo Tribunal de Contas da União. Além dessa retaliação jurídica crescente, no caso específico do Hotel Popular e do CAB, pesava sobre a cooperativa responsável pelas contratações (Prosol), depois das eleições municipais de 2004, diversas acusações de ordem orçamentária (e os rumores dos funcionários apontavam para o desvio de recursos financeiros para a campanha à vereança do filho do subsecretário de Ação Social). Com tamanhos impedimentos, os contratados cooperativados passaram a ser empregados com carteira assinada de uma outra empresa que, desde o fim de 2004, não vinha pagando em dia os salários e as demais remunerações trabalhistas dos funcionários do Hotel.

Catarina

Catarina também trabalhara como cabo eleitoral da vitoriosa candidatura de Rosinha Matheus. Moradora da região oeste do Rio (de onde vêm Aloísio e Silviano), ela conhecia há décadas o então subsecretário de

20. Projeto Reconstruindo Cidadania, no bairro de Triagem/Bonsucesso, com lugar para 270 pessoas.

Ação Social. Ele conseguira um emprego no CAB como recompensa pela dedicação dela à campanha. Conheci Catarina em 2004, nos corredores do Hotel Popular – como Silviano ela passava a noite em vigília atentando para qualquer necessidade das hóspedes, zelando pelo respeito às regras de convivência comum.

A maioria dos funcionários do Hotel teve primeiro posto no CAB. Para esses, o trabalho no Hotel era percebido como uma promoção. Dentre as diversas razões para essa apreciação eram apontadas a localização central do Hotel (raros os empregados utilizavam mais de uma condução), o relacionamento pacífico com os hóspedes (trabalhadores adultos e não famílias ou indivíduos recolhidos das ruas), além do turno de 12 horas de trabalho e 36 horas de folga (no albergue, o turno era de 24 horas com 24 horas de descanso, o que os exauria).

A modalidade de contratação de Silviano e Catarina – por meio de uma cooperativa – é bastante distinta daquela que regula a relação de trabalho dos funcionários públicos que passam em *concurso* bem como daqueles funcionários que preenchem *cargos comissionados*, ou seja, cargos temporários concedidos pelas autoridades a pessoas de sua confiança (como Aloísio). Escândalos de toda ordem acerca de malversação dos recursos, aliados à coibição dessa forma de contrato de trabalho por ações do Ministério Público, configuraram um impasse solucionado por meio de uma farsa: em meados de 2004, a cooperativa foi desmantelada e todos os cooperativados contratados por uma empresa prestadora de serviços, com carteira assinada e salários reduzidos.

Essa empresa, ao longo do trabalho de pesquisa no Hotel Popular, cumpriu uma espécie de seqüência ritual marcada por:

1. abertura de conta bancária para o depósito do salário;
2. atraso nos pagamentos;
3. decretação de falência;
4. demissão dos funcionários;
5. recontratação dos funcionários que aceitassem redução salarial;
6. abertura de conta bancária em outro banco e assim sucessivamente.

Ao longo dos dois anos, sob nova razão social, a mesma empresa voltara diversas vezes a contratar os funcionários demitidos do Albergue e do Hotel.

No início de 2005, o estado de penúria dos funcionários do Hotel era estarrecedor. As instalações físicas deterioravam-se – há muito a câmera digital que fotografara os primeiros hóspedes deixara de funcionar; na

recepção já não havia mais uma cadeira sequer que não estivesse quebrada; o jantar servido aos funcionários consistia de arroz, feijão e uma salsicha; os hóspedes não recebiam mais seu *kit* higiene e, se quisessem beber água, precisavam trazer seu próprio copo plástico da rua. O quadro de decadência estava estampado em cada andar do Hotel e, também, no rosto de todos os funcionários. Nossas conversas, mesmo que pontuadas por piadas e recordações do passado de cada um, invariavelmente tocavam no tema do atraso dos salários. Sem terem recebido as férias, o 13º salário de 2004 e três meses de salário, não havia bom humor que resistisse.

A pesquisa de largo termo permitiu perceber ainda que ao longo dos anos, com as inúmeras contratações e demissões, todos se endividaram profundamente com os bancos nos quais foram obrigados a abrir contas – Banerj, Itaú, Bradesco, Real. Em cada banco recebiam também um cartão de crédito cuja fatura não podiam pagar. Invariavelmente, tinham recorrido ainda a empréstimos em financeiras. Caso ousassem alguma compra, faziam-na por meio dos carnês das Casas Bahia ou de outras lojas com os mesmos recursos de endividamento. As tarifas básicas (de luz, água, telefone e gás – todas pagas a companhias privadas – há muito não saldavam, apenas negociavam e rolavam suas dívidas.

Graças ao tempo em que os acompanhei (de meados de 2003 a 2005), era-me permitido compreender as razões pelas quais eles ainda iam trabalhar – há muito tempo eu fora alertada, em ocasiões distintas e por vozes diferentes, de que aquele emprego era um emprego político. Todos compreendiam e solidarizavam-se com os colegas faltosos – muitos não tinham dinheiro para a passagem (nesse ínterim, o sistema de vales-transporte foi substituído por cartões magnéticos que não só colaboraram para a obsolescência e demissão dos trocadores de ônibus como impediram que pessoas amigas ou da família que estivessem empregadas, recebendo vales-transporte, compartilhassem seus bilhetes com os menos afortunados).

Diante desse quadro, a tranqüilidade de Catarina me perturbava. Ela diferia de todos os demais: usava roupas novas, falava de almoços que fizera em sua casa, de compras de mês, da escola particular da filha. Catarina era a única dos monitores que conseguira manter um "bico" paralelo ao seu emprego no Hotel. Os demais, embora gastassem as solas dos sapatos diariamente, não conseguiam mais do que uma diária de R$ 10,00 (dez reais) como panfletista.

E, Catarina, impassível, deixando todos com água na boca ao comentar as ofertas de carne no Supermercado Guanabara.

O mal-estar generalizado dos colegas diante dela não advinha apenas daqueles óbvios sinais de distinção que eu observava. Ela fora transferida do Albergue para o Hotel no momento em que os funcionários começavam a se mostrar insatisfeitos com salários e condições de trabalho. Contrariando as promessas da governadora Rosinha, nenhum outro Hotel fora construído. Os recursos para a manutenção das instalações do prédio começavam a minguar e os funcionários esforçavam-se para manter o padrão que os satisfizera até aquele momento: Eu os vi partindo sabonetes em quatro partes para compor um *kit* higiene improvisado; também os vi carregando escada acima, hóspedes em cadeiras de rodas (pois o elevador nunca funcionou).

A estagnação do Hotel Popular era um índice da falta de interesse do governo estadual naquele projeto. Depois dos escândalos em torno do uso das verbas dirigidas ao Hotel na campanha de seu filho a vereador, o subsecretário foi deslocado da secretaria de ação social para a secretaria de governo (também como subsecretário, auxiliando diretamente o esposo da governadora e secretário de governo, Anthony Garotinho). Em princípio, o que parecera aos olhos dos funcionários do Hotel uma punição resultou para o subsecretário em um posto de enorme prestígio, que lhe permitia negociar com uma rede mais ampla de indivíduos que a dos "assistidos" pela secretaria de Ação Social.

Sentindo tal descaso, compreendendo seu descenso, os funcionários do Hotel encabeçaram uma pequena manifestação, uma paralisação exigindo atenção às suas dificuldades, aos baixos salários e às condições de trabalho mais precárias a cada dia. Esse início de sublevação resultou na demissão de todos os funcionários queixosos em ocasião que serviu para a transferência de novos monitores do Albergue para o Hotel. Catarina e outros recém-chegados começaram a trabalhar nesse cenário, substituindo os demitidos.

Os colegas que os recebiam carregavam um ambivalente sentimento de desonra e orgulho, associando a demissão dos grevistas a laços políticos mais fracos que os seus. Essa explicação tornava mais viável o dia-a-dia com os novos monitores vindos do Albergue, afinal, eles também foram os escolhidos para serem transferidos porque mantinham boas relações com a assessora direta do referido subsecretário, responsável pelos projetos do Hotel e do Albergue.

O subsecretário passou a ser o alvo de crescentes denúncias sobre a má-administração dos recursos. À boca pequena, todos comentavam a eleição anterior (para vereador e prefeito), na qual o filho do subsecretário concorrera. Os rumores discutiam o investimento de dinheiro público na campanha do jovem candidato especulando que ele se lançara por um partido que não compunha o quadro apoiador da governadora. Os atrasos nos pagamentos dos funcionários eram sempre justificados nesses termos: a empresa para a qual trabalhavam havia contraído dívidas na campanha, o jovem não se elegera e, agora, o governo cobrava sua conta.

Por vias diversas podemos perceber que a política para essas pessoas não se configura em um "toma lá, dá cá", em um contrato diádico que, quando não cumprido, conduz à quebra das relações. Há um acúmulo de experiência política por parte desses sujeitos que deve ser levado em consideração. Todos eles, por terem em algum momento se envolvido com a política, adquirem a prerrogativa de não precisar começar do ponto zero na busca de emprego.

Com a transferência do subsecretário, que aos olhos dos funcionários do Hotel saiu de cena para uma posição menos prestigiosa (embora tenha passado a compor a secretaria de governo, chefiada pelo marido da governadora, Anthony Garotinho, ocupando o posto de vice-secretário), o Hotel como um todo passaria a um patamar ainda mais inferior na ordem de prioridades do governo. Como não era um projeto do secretário de Ação Social, daquele momento em diante, tornar-se-ia um celeiro para estocar mão-de-obra simpatizante para a próxima eleição. Todo o *frisson* que marcara as páginas dos jornais há um par de anos tinha caído em absoluto esquecimento e era – no olhar desesperançado dos funcionários que se podia perceber uma mudança de rumos inaudita – uma derrota que acontecia fora do período eleitoral, no âmbito de um governo em exercício.

No entanto, daquele celeiro caindo aos pedaços era plausível e, para alguns, digno, escapar com as próprias pernas – como aconteceu com Catarina. Quando senti sua falta fui informada de que ela fora demitida justamente por seguir nutrindo uma boa relação com o subsecretário deslocado. Os funcionários que permaneciam viam as paredes ruírem e seus pagamentos atrasarem, mas ainda confiavam que não perderiam os empregos porque suas relações continuavam a lhes render essa retribuição. O caso de Catarina causava-lhes incômodo – apesar de demitida, ela seguia

trabalhando para o subsecretário. Catarina freqüentava a casa dele na Barra da Tijuca (um bairro de classe média próximo à zona oeste, base desse político) três vezes por semana – ela cozinhava pratos congelados para a família – e não deixou esse bico quando foi demitida. O que deveria tê-la penalizado, do ponto de vista daqueles que permaneceram no Hotel (a demissão), acabou por representar um sacrifício nobre, em nome da fidelidade e apreço que nutria pelo subsecretário e por sua esposa (que fora quem lhe conseguira o emprego no Albergue).

A perda do emprego associada à manutenção do laço com o político fornecem a evidência necessária à compreensão da profusão de elos pelos quais alguém se atrela e se empenha na política. A vida de Catarina não se restringia ao seu emprego – que ela obtivera exatamente por essa múltipla valência. Tampouco a vida do subsecretário se restringia à sua função. Quando transferido de posto seus outros vínculos seguiriam existindo, alguns se fortalecendo. E assim aconteceu com Aloísio e Silviano em diferentes ocasiões.

Pessoas em comum

No caso brasileiro, o Estado existe em esferas municipal, estadual e federal e, em cada um desses patamares, há indivíduos envolvidos com o trabalho de ofertar a uma parte da população determinados bens que lhe são interditos pelas "leis do mercado".[21] Diversos projetos, como são chamados

---

21. "Leis do mercado", diga-se de passagem, que pregam o reajuste estrutural, obrigando o Estado a desaparecer de lugares-eventos tradicionais a fim de investir em espaços sociais que "promovam o fortalecimento da sociedade civil". A contrapartida disso é a fragmentação de um ideal de todos (a sociedade) em comunidades específicas que passam a apostar, como em um jogo, que seu caráter *sui generis* será reconhecido pelo sistema classificatório que lhes oferece cidadania. Como essa cidadania não se destina a todos indistintamente (como no "ultrapassado" conceito de sociedade), é preciso que os organismos não-governamentais façam o trabalho de fomentar a "tomada de consciência" dos grupos interessados nos benefícios do Estado. Nesse movimento é possível identificar uma outra forma contemporânea do Estado: não como governo, mas como não-governos (ONGs, projetos, etc.) que assumem, sem as garantias do corpo de funcionários públicos, fardos semelhantes aqueles que carregam os empregados na política.

localmente (como o de uma estadia no Hotel popular, por exemplo), isto é, ações administrativas levadas a cabo pelos que nomeio empregados na política, voltam-se para a chamada inclusão social de pessoas que de outra forma ficariam à margem da cidadania, do cumprimento de seus direitos. Essa parcela é nomeada de forma diversa: pobres, sobretudo, mas também excluídos, classes populares ou classes trabalhadoras.

Em todos esses casos, o "governo" atualiza-se ou toma forma por meio de seus funcionários, cuja contratação se dá em geral após um envolvimento como cabo eleitoral, isto é, como apoiador de um candidato durante as eleições. O governo constitui-se preponderantemente, portanto, como o exercício de poder de políticos eleitos, como a face contingente de um (modelo de) Estado que se crê perene. Conforme formulação de Bourdieu (1997), a "razão do Estado" seria condição da própria sustentação de uma concepção de Estado "como administração e como território que escaparia da lógica doméstica". Essa concepção de Estado deveria se autonomizar do mundo ordinário. No entanto, como fruto de relações domésticas, a prática colidiria inevitavelmente com essa teoria. O conceito de Estado conteria, assim, o gérmen de sua contestação. As denúncias contra o clientelismo, o familismo, o patrimonialismo, o populismo – enfim, por todos os ismos –, ao indicarem enfermidades que assolam o conceito de Estado, reforçariam esse mesmo conceito.

O período do tempo das eleições ou da política (HEREDIA; PALMEIRA, 1995; PALMEIRA, 2002), marcado pelo conflito aberto entre oponentes, desdobra-se em constantes desavenças entre os eleitos ao longo de um mandato, tendo em vista que tanto a obtenção quanto a perda do que localmente é nomeado como emprego na política anima parte importante dos rituais que marcam cada sucessão de governos. No que tange a esse grupo específico, a campanha eleitoral não acaba no dia da votação. Com a posse ou com a exoneração, uns lutam para manter seus postos e outros para os reaver. Em triangulação, políticos, empregados na política e beneficiários dos programas, sintetizam o Estado, a Política, o Governo, os Partidos, as eleições.

É de fundamental importância notar que programas assistenciais desse tipo sobrevivem, ganhando adeptos entre as mais diversas filiações partidárias. Acredito que seja possível compreender tais fenômenos não como aberrações ou como um laivo do passado que vagas de modernidade tendem a apagar,

mas como um artefato coerente com nosso tempo político. A imensa maioria das análises em ciências sociais e, o que é mais intrigante, em antropologia, sugere ainda hoje que relações de troca, pejorativamente chamadas de clientelistas, "escondem" uma relação de exploração e extração de mais-valia política. A alienação (a ser denunciada e combatida) residiria na ignorância da parte explorada a respeito da transferência de sua energia social (de seu trabalho) para por em circulação objetos que não lhe pertencem (desde lotes em assentamentos urbanos, a noites de abrigo no Hotel, passando pelas cestas básicas e pelas bolsas de auxílio financeiro). Obviamente o parâmetro para tal reflexão são as noções de cidadania e de voto ideológico hegemônicas em regiões do mundo social que não seriam assoladas pela miséria (AUYERO, 2003; SCHEPER-HUGHES, 1992). Essa perspectiva, que separa a razão ou consciência ideológica da experiência, não atenta especialmente para a dimensão explorada no presente trabalho etnográfico, que diz respeito às *implicações de uma experiência de trabalhador na constituição de um significado para o engajamento político.*

Em suma, esse tipo de orientação toma como separados e em oposição o "domínio" da economia ou subsistência (o pólo do estado de natureza em que imperaria também o homem hobbesiano) e o "domínio" da política como espaço social de exercício moral da vontade humana (o pólo do estado de cultura, isto é, da razão de Estado atuando sobre a condição humana). Gostaria de chamar a atenção para o fato de tal perspectiva teórica pressupor a incompatibilidade entre a pobreza e o engajamento ideológico na política concebida em termos modernos, isto é, desacreditar qualquer tipo de vida politizada em ambientes – sempre a partir dos mesmos critérios etnocêntricos – marcados pela necessidade material.

O caso aqui analisado inspira uma reflexão a respeito da validade de seguirmos de forma derrogatória nomeando tais fenômenos como populistas. Essas ações governamentais voltadas para problemas sociais marginais, frutos da própria atitude deliberada do Estado, e sustentadas por reflexões sociológicas acerca do fim do trabalho concomitante ao fim do *Welfare State*, fazem emergir uma intrigante questão que diz respeito ao aparente contra-senso de tamanho investimento público em programas de assistência social em um momento teórico e político que apregoa estarem tais obrigações localizadas fora do âmbito de atuação dos governos, que se deveriam eximir de tais responsabilidades.

A análise etnográfica de tais ações políticas permite sinalizar fortes alterações sociais e simbólicas no que diz respeito à reconfiguração das obrigações estatais em relação à população. Tal reconfiguração não se deve apenas às mudanças nas formas dos projetos. O trabalho de cunho etnográfico parece capaz de elucidar como as mudanças de ordem política e econômica se fazem sentir de maneira coesa e irmanada no dia-a-dia dos beneficiários e funcionários desses programas. Dessa forma passamos a poder interpretá-los não mais como anomalias advindas de desvios de uma suposta regra administrativa alheia às marés políticas (como se o sistema fosse *spoiled*, lembrando Max Weber), atentando para a relação entre laços sociais – atados ao longo dos anos – e o envolvimento com a política partidária a partir de critérios e apreciações que não respeitam um único e mesmo calendário ou moral. Parece-me mais adequado, enfim, reivindicar o caráter profundamente politizado, vinculado aos altos e baixos eleitorais e de disputa de poder interna aos próprios governos, como marca fundamental da burocracia estatal no caso analisado.

Como se vê, no âmbito desta pesquisa, o envolvimento de caráter obrigatório na política eleitoral, partidária ao longo de todo o período do mandato é condição de manutenção do emprego, da fonte de renda no presente e também de sua garantia no futuro – um futuro que conscientemente se tem como incerto, visto que sempre vinculado à aposta que são as eleições (não dos candidatos apenas, mas as eleições para um emprego). É essa relação que nomeio como "politização do Estado".

Acredito que, por meio da investigação minuciosa do dia-a-dia e dos períodos de engajamento nas disputas eleitorais, da espera, das negociações por um emprego, dos postos ocupados, dos movimentos concretos para manter-se empregado, se possa analisar o sentido dessas intervenções governamentais, de seu alastramento político para além dos limites filantrópicos, isto é, da constatação da incongruência ou irracionalidade de um tipo de exploração política baseada nos programas de assistência social. Incongruência esta garantida por dois parâmetros complementares: a defasagem entre o discurso teórico acerca do Estado (que deveria se eximir dessas responsabilidades) e a atuação retrógrada e clientelista dos governos. Outro ponto que chama atenção aos críticos das práticas sociais é a rápida ascensão e queda de tais projetos – postos por terra a cada mudança de

governo. De acordo com esse senso comum, tal evidência bastaria para comprovar a ausência de continuidade das políticas públicas no Brasil e, quiçá, alhures. Ter-se-ia, portanto, uma teoria interpretativa normativa orquestrada a partir da crítica:

a) à exploração da mais-valia política de sujeitos sem autodeterminação política (porque materialmente carentes);

b) à persistência de um modelo clientelar de política que não condiz com os tempos de demissão do Estado;

c) à interrupção de tais programas a cada governo – o que constituiria a fonte de desestabilização de um conceito de Estado, alheio às marés político-eleitorais; conforme a concepção eurocêntrica.

A decepção com os programas sociais que não perduram se deve ao fato de se constatar (sem equívoco) que esses objetos ofertados pelo governo são voláteis, assim como os próprios governos. Voláteis em relação a um parâmetro de estabilidade advindo do conceito de Estado como ordem supra-social. Essa noção de que o Estado está acima da sociedade ao mesmo tempo em que a encompassa, criticada por Ferguson e Gupta (2002), é bem ilustrada pela constatação crítica e paradoxalmente nostálgica de Trouillot em sua defesa da etnografia, dado que "[...] o estado nacional não funciona mais como o recipiente político, social e ideológico primário daquelas populações que vivem dentro de seus limites [...] que asseguraria os limites externos das disputas políticas, das trocas econômicas e da negociação cultural" (TROUILLOT, 2001, p. 130).

Ao contrário disso, procura-se explorar que, apesar de serem fugazes os objetos e os governos, não o são as relações que se repercutem em uma concreta aprendizagem da linguagem e formas da administração pública; como uma espécie de ensinamento ou pedagogia política – uma forma de envolvimento que não podemos supor como ilegítima e espúria porque difere (no que tange à duração e à intensidade) de nossos tipos-ideais de relacionamento político.[22] Não podemos aceitar, portanto, que qualquer teoria

22. Ao tecer críticas ao modelo de James Scott do Estado "up there", Li considera que " a idéia d'O Estado é associada com uma imagem do poder como uma Coisa – espacialmente concentrada no aparato burocrático e nos altos escalões do regime governante, do qual se espalha para a Nação e para a vida da população que lhe está abaixo". Segundo essa autora, é preciso "desconfiar desta geometria do poder e examinar como o poder trabalha para constituir espaços distintivos e como, por outro lado, o arranjo do espaço gera o efeito de poder" (LI, 2005, p. 385).

sociológica acerca da troca política possa se conformar centrada na análise de instituições e projetos à revelia dos sujeitos envolvidos, de suas vidas em mudança na longa duração. O quadro teórico que tal caso etnográfico permite esboçar revela uma dimensão importante da política pública que não é conduzida por funcionários públicos como burocratas, mas por empregados políticos. Essa outra face do Estado convive com aquela emblemada pela prática dos técnicos ou concursados os quais não só podem como em muitos casos devem dizer que odeiam política. Até mesmo os empregados políticos esperam que algumas funções administrativas sejam cumpridas com isenção. Constrangimentos e insatisfação atracam nessa zona cinzenta quando, por exemplo, técnicos do Palácio das Laranjeiras dão parecer negativo a um projeto. Nesses casos, a decisão dos técnicos é vista como política. Já quando liberam recursos, os beneficiados elogiam a atitude imparcial e profissional do corpo de funcionários públicos concursados.

As implicações da análise das relações sociais entre esses sujeitos expandem os limites da linguagem antropológica acerca das relações políticas, partidárias e/ou de governo. Pensemos por exemplo na forma como a figura das Organizações Não-Governamentais é acionada no contexto dessa investigação, não como algo que exista paralelamente ou para além do governo, mas como parte do Estado. No Rio de Janeiro, tanto o ex-governador quanto a governadora são diretores de ONGs (BR 21, Visão, Vida Obra Social) que prestam serviço ao governo. Essa configuração demonstra que Governo e Estado não existem em separado. Por definição, o conceito de "Estado" é necessariamente atemporal. Porém o governo ou os governos de fato nada mais são do que o Estado funcionando, em movimento. Se o Estado, nesses casos, ao caminhar deixa pegadas governamentais e não-governamentais por onde passa, se em seus quadros há funcionários públicos concursados, também existem os empregados políticos; o que implica dizer que mesmo o cumprimento de uma tarefa técnica na aparência exclusivamente burocrática, não se dá sem uma ação politizada, partidarizada, da mesma intensidade.

Trata-se de uma condição necessária para que uma teoria do Estado se autonomize dos processos sociais em marcha, para que se autonomize como definição genérica, que qualquer sentido particular do Estado (como governos sucessivos, por exemplo), que sua dimensão governamental seja considerada algo espúrio. Para existir o sagrado da teoria é necessário que a

prática seja considerada profana. Para que se possa opor Estado à Sociedade é preciso que um dos termos desafie a integridade do outro, considerado conseqüentemente incompleto, falho, em evolução (pense na tão falada sociedade brasileira). Seguindo essa vertente analítica, pode-se permitir apreciar tanto transformações nas formas de exploração social dos diversos objetos manipulados como também nas categorias de percepção e ação das próprias pessoas envolvidas nessas transações. Os beneficiários depositam suas expectativas no sucesso do procedimento dos funcionários por perceberem que estes, sobretudo os que ocupam seus postos por indicação de um político, reúnem as características de cidadãos, isto é, têm seus direitos garantidos graças a seu envolvimento com a política.

Com os funcionários do Hotel Popular descobriu-se que entre os empregados na política e os políticos governantes, em certos momentos de suas vidas, interesses se somam. Em outros, a solidariedade, a reciprocidade entre ambos pode colidir com interesses que lhes são contrários e, ao cabo, essa solidariedade cliente-patrão não resultar em benefício a nenhuma das partes. Vê-se que mesmo esse fracasso da díade é só aparente: justamente porque a vida deles não se resume à política (porque a política não fabrica seu próprio significado se isolada em uma "esfera"), eles podem se manter fazendo política sem aceitar os momentos e instâncias rituais que lhes são prescritos (como as eleições e a administração pública). As escalas e o ritmo dos que vivem dessa maneira são muitos distintos daqueles previstos pela teoria que atribui o rótulo político ao Estado, governo e eleições como domínios ou esferas autônomos. É outro o sentido de seu engajamento na política e de suas expectativas em relação ao que se irá "receber" nessa troca.

Essa conceituação vivida é importante para se perceber uma teoria sobre o Estado que não é exógena ao contexto estudado, mas que aí surge de modo metonímico: no exercício de um Governo, por meio do modo de vida de seus funcionários. Amparados por tais elementos pode-se refletir sobre a relação mútua entre funcionários e beneficiários não como uma relação de dívida, como a literatura costuma apontar, mas de apreciação reflexiva que se traduz em imitação dos passos aconselhados pelos primeiros, os quais, por meio da sensível manipulação dos instrumentos de navegação à sua disposição em um governo, conseguem suplantar a inexistência prática de direitos universais garantidos por um Estado abstratamente concebido.

Conclusão

Procurei ao longo deste artigo defender a fecunda contribuição de abordagens etnograficamente comprometidas diante do persistente esfacelamento e hierarquização entre teoria e mundo social. Strathern (2006) ao problematizar a teoria do ator-rede proposta por Bruno Latour, sugere que "uma rede é uma imagem adequada para descrever a forma como se liga ou se enumera entidades sem adotar uma postura niveladora ou hierarquizante das relações" (2006, p. 484). A perspectiva por ela defendida é inspirada em diversos modelos de análise sociológica. Aproximo-a, por exemplo, da noção de figuração, defendida por Elias. Para esse sociólogo, a sociedade deveria ser compreendida como "o tecido de interdependências formado por indivíduos" (ELIAS, 1989, p. 45) que obedeceria a um mecanismo de entrelaçamento (Verflechtungsmechanismus). O que Elias nomeia como mecanismo, a meu ver, pode ser traduzido pela noção de Strathern de socialidade. Ambos constatam que as redes têm uma extensão e um limite (o limite das relações). No que tange a esse limite (que é o limite do conhecimento sociológico), é possível dizer que procedeu-se nas análises realizando uma soma de elementos que em certa altura "cortamos". Essa soma, quando realizada em períodos distintos, deveria refletir um diferente "engajamento" dos indivíduos naquela rede, a cada momento. Strathern preocupa-se com o critério adotado para tal "corte" e sugere que se deve "consultar os atores que põem essas imagens em uso no seu trato uns com os outros" (p. 485; tradução livre) identificando até onde suas considerações "se replicam".

Essa seria uma alternativa:

(i) ao ato arbitrário de fixar as posições dos indivíduos;

(ii) à aceitação de uma proeminência da sociedade sobre o indivíduo ("preso" a ela);

(iii) à aposta exclusiva no livre arbítrio (as escolhas individuais).

A mudança social dar-se-ia não como mobilidade individual ou trajetória, mas como reconfiguração das relações sociais na extensão em que cada indivíduo se replica como ente significativo (isto é, social – há um tempo atrás se diria: "como símbolos"). Uma crítica ao aparente fatalismo

dessa postura não se sustenta se levarmos em consideração que tal perspectiva se dirige a eventos passados, ou seja, ao que já é fato consumado e não a exercícios de futurologia tão ao sabor dos cientistas sociais voltados para a "análise de conjuntura".

Aos indivíduos envolvidos em suas relações restam infinitas possibilidades de se relacionar socialmente, a partir de seu engajamento visceral nas redes de que fazem parte, em concomitância com a observação à distância do turbilhão em que estão envolvidos, dos centros de força que os atraem ou que os repelem.

Ao perceber o caminho que tal debate toma contemporaneamente pode-se apontar ao menos dois modos de análise de bastante repercussão. Por um lado, tem-se a continuação de uma postura reflexiva que busca refutar esse fardo etnocêntrico que afirma a hegemonia de uma "hierarquia global de valores" (HERZFELD, 2004). Por outro lado, vê-se a etnografia sendo utilizada para afirmar outros tipos de essencialismos, como na obra de Auyero que, ao mesclar as matrizes teóricas de Pierre Bourdieu e Axel Honneth, sustenta a universalidade da "busca de respeito" – em suas palavras, uma "necessidade demasiadamente humana" (2004, p. 30).

Nesses últimos casos, o aparente relativismo – afinal, cada qual teria a própria concepção do que seria "respeito" – vem de mãos dadas com uma constituição silenciosa de natureza humana, prévia às relações sociais (leia-se: às relações de poder). Um dos efeitos óbvios dessa artimanha com traços de relativismo são os julgamentos e as normatizações impostos aos grupos que nos acolhem durante nossos trabalhos de campo. A partir disso, para encerrar, proponho que se deva perguntar sob que condições se mantém o estatuto da etnografia diante de premissas acerca da "natureza" humana – no nosso caso, da suposta natureza política humana. A meu ver é preciso defender uma concepção de *etnografia como construção de conhecimento* e não como retrato da realidade ora mais, ora menos, distante de um suposto ideal teórico ou moral universal.

REFERÊNCIAS

ASAD, Talal. 2004. Where are the margins of the state? In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press.

AUYERO, Javier. 2003. Cultura política, destitución social y clientelismo político en Buenos Aires. Un estudio etnografico. In: SVAMPA, Maristella (Ed.). *Desde abajo*: la transformación de las identidades sociales. Buenos Aires: Universidad Nacional General Sarmiento/Editora Biblos.

BARREIRA, I. A. F. 2001. Ritualisations du féminin lors d'une campagne électorale au Brésil. *Anthropologie et Sociétés*, v. 25, n. 3.

BAILEY, F. G. 2001. *Stratagems and spoils*: a social Anthropology of politics. London: Westview Press.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. feb. 2000. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista brasileira de Ciencias Sociais. v. 15, n. 42, p. 123-142.

BOURDIEU, Pierre. 1997. De la maison du roi à la raison d'État: un modèle de la genèse du champ bureaucratique. *ARSS* 118.

__________. 1997b. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.

ELIAS, Norbert. 1989. O processo civilizacional. Vol. 1 e 2. Lisboa: Dom Quixote.

ENGELS, F. *A questão do alojamento*. Lisboa: Poveira. s/d.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. 2002. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4. p. 981-1.002.

FONSECA, C. 2005. La clase social y su recusación etnográfica. *Etnografías Contemporáneas*, ano 1, abr., p. 117-138.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. 1995. Os comícios e a política das facções. *Anuário Antropológico 94*.

HERZFELD, Michael. 2004. The body impolitic: artisans and artifice in the global hierarchy of value. Chicago: The University of Chicago Press.

LI, Tania Murray. 2005. Beyond "the State" and Failed Schemes. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 383-394.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, Marcio. 1996. Apresentação. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, Marcio (Orgs.). 1996. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

PALMEIRA, Moacir. 2002. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito*. Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PEIRANO, Mariza. 2001. This horrible time of papers: documentos e valores nacionais. *Série Antropologia*, n. 305. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia.

__________. 2006. A lógica múltipla dos documentos. *A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

PINA-CABRAL, João de. 1989. The Mediterranean studies as a category of regional comparison. A critical view. *Current Anthropology*, n. 30, p. 399-406.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. 1992. *Death without weeping. Berkeley*: University of California Press.

SCOTT, James. 1999. *Seeing like a state*. How certain schemes to improve human condition have failed. New Haven: Yale University Press.

SCOTTO, G. 1994. *Representação e apresentação*: uma análise da campanha de Benedita da Silva para a prefeitura do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Museu Nacional.

SIGAUD, Lygia. 1995. 'Fome' e comportamentos sociais: problemas de explicação em Antropologia. *Mana*, v. 1, n.1, p. 167-175.

STRATHERN, M. [1996]. Cutting the network. In: MOORE, Henrietta e SANDERS, Todd. Anthropology in theory. *Issues in epistemology*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 480-491.

TROUILLOT, Michel. 2001. The anthropology of the state in the age of globalization: close encounters of the deceptive kind. *Current Anthropology* v. 42, n.1, p. 125-138.

WILLIS, P. 1991. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Resumo

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a importância dos empregados na política para uma teoria antropológica sobre a política contemporânea. Ancorado em pesquisa etnográfica, cujo epicentro foi o Hotel Popular – localizado na estação ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro –, este texto explora as formas como os empregados na política mantêm os governos que, por sua vez, mantêm o Estado. A partir de uma crítica às definições ou aos conceitos de Estado que prescindem ou entram em choque com a realidade considerada espúria dos mandatos político-eleitorais, sugerimos que a "politização do Estado" encetada pelos empregados na política permite pensar o governo ou os governos como o próprio Estado, funcionando, em movimento.

Abstract

In Brazil a considerable part of government employees are both fired and hired after each biannual election. Linked to winner or losers politicians such workers call themselves *empregados na política*, i.e. political workers. Any attempt to reach an anthropological understanding about modern politics in Brazil must pay attention to their activities. An ethnographic account about the daily life of *empregados na política* working in the Popular Hotel (a government administered shelter) in Rio de Janeiro brings important theoretical issues to light, especially a critique against moral judgments about their polluted electoral character. Instead of accusing them as being spurious we should better comprehend such phenomenon as a contemporary form through which the State becomes a living political concept.